



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
**Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019**

---

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA DO ASSISTENTE SOCIAL  
TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

**Carlos Wendell Pedrosa dos Santos<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade analisar algumas determinações no trabalho do(a) assistente social que atua na educação pública federal, especificamente no Instituto Federal de Educação da Paraíba, enquanto trabalhador assalariado(a), junto a política de assistência estudantil e os impactos na sua saúde mental e física a partir de seu processo de trabalho.

**Palavras-chave:** Desgaste, Educação; Saúde; Serviço social.

**Abstract:** This paper aims to analyze some determinations in the work of the social worker who works in federal public education, specifically in the Federal Institute of Education of Paraíba, as a salaried worker, along with the student assistance policy and the impacts on its mental and physical health from your work process

**Keywords:** Wear, Education; Health; Social work.

## **1 INTRODUÇÃO**

O(a) assistente social é um(a) profissional que historicamente está presente em inúmeros espaços socio-ocupacionais, passando por vários períodos de mudanças. Seu crescimento e amadurecimento teórico nas últimas décadas foram imprescindíveis para ocupar espaço no meio acadêmico, contribuindo para estudos e pesquisas em diversas áreas.

Também chama a atenção as pesquisas sobre o processo de trabalho desse profissional nos diversos espaços que ocupa (IAMAMOTO, 2014; MOTA, 2014; VICENTE 2015), assim como a precarização, as relações com outras áreas, os impactos das alterações sociais, entre outras.

Porém, uma leitura mais atenta nos leva a uma questão que precisa ser mais discutida na categoria de acordo com Raichelis (2011), que são os impactos do processo de trabalho na saúde física e mental do assistente social. Ainda de acordo com a autora, o que se observa com maior frequência é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos outros trabalhadores assalariados, mas

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação da Paraíba-IFEP, E-mail: wendell\_santo@yahoo.com.br.

estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe.

Muito se estuda sobre as transformações no mundo do trabalho e o que acarretam para a categoria profissional, mas especificamente falando da saúde física e mental do profissional, ainda são iniciativas em número menor, além da ligação com outras áreas como psicologia e ergonomia.

Trabalhos como o de Vicente (2015) já analisam o desgaste mental dos assistentes sociais em seus espaços socio-ocupacionais, mostrando que a interação entre condições de trabalho e adoecimento é também necessária nos estudos do serviço social.

Igualmente importante é a análise da vinculação da assistência estudantil, não apenas garantindo a permanência e conclusão, mas a manutenção da vida do estudante e de sua família. Mesmo a cobertura dessa política sendo mínima, tanto na abrangência, quanto nos valores repassados, cresceu exponencialmente os que recorrem a ela, gerando uma pressão sobre os profissionais da educação e em especial aos assistentes sociais, devido, entre outras questões, a vinculação histórica com a assistência em geral. Essa imagem é reforçada nas instituições a partir, muitas vezes, do desconhecimento do fazer profissional e das atribuições privativas do assistente social<sup>2</sup>.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Analisando etimologicamente a palavra trabalho, iremos observar que remete à tortura, sofrimento a que eram submetidos os pobres e escravos. Com o passar dos séculos ganhou um aspecto de habilidades executadas para o determinado fim.

O trabalho, conceito discutido por inúmeros autores (Marx, 1832; Antunes, 1996; Lessa, 2010), tem importante papel nas discussões, seja por alguns acreditarem que não exista mais a sua centralidade ou por aqueles que reafirmam sua base central na vida humana.

Partindo de um conceito clássico, o trabalho é o intercâmbio entre o homem e a natureza, conforme assinala Marx,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes

---

<sup>2</sup> Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (MARX, 2010, pág. 211)

Mângia (2003), baseando-se nas ideias de Marx sobre processo de trabalho, descreve que

O homem realiza a partir da matéria natural um produto que responde aos seus objetivos, dessa forma está presente no processo de trabalho uma vontade orientada a um fim, ou seja, o homem trabalha para satisfazer as suas necessidades, reconhecidas antes do desencadeamento da ação propriamente dita. Marx considera serem elementos do processo de trabalho: “a atividade orientada a um fim, ou o trabalho mesmo, seu objetivo e seus meios” (MÂNGIA, 2003, pág. 35).

Corroborando com o debate, o conceito de Guerra (2000) sobre processo de trabalho também é bastante objetivo já que

é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades (GUERRA, 2000, pág. 3).

Partindo para outra categoria, a saúde será compreendida como resultante das condições de “alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde [...]” (BRASIL, 1986, p. 04).

Estabeleceu-se uma nova dimensão da relação saúde-trabalho-doença, na qual se passa a considerar as dimensões sociais e históricas do trabalho e dessa relação. Dessa forma, o processo saúde-trabalho passa a ser analisado como consequência da relação social de produção, determinada socialmente pela dialética entre capital e trabalho. Nesta perspectiva, a sujeição dos trabalhadores às condições impostas pelo capital assume um caráter de exploração da mais-valia, assim como a resistência dos trabalhadores confere um caráter sociopolítico dialético a essa relação (FREIRE, 1998; SILVA, 2000; MINAYO-GOMEZ E THEDIM-COSTA, 2003; DOMINGOS e PIANTA, 2009).

Com todas as alterações impostas pelo sistema capitalista, o trabalho alterou-se não apenas em suas formas, mas também em sua materialidade.

Na concepção de Dejours, o trabalho vai além da materialidade, ou seja, além daquilo que a destreza do trabalhador é capaz de construir, daquilo que pode ser mensurado, o material; mas o trabalho é, também, “*gestos, a mobilização do corpo, inteligência, o saber-fazer, um engajamento do corpo, a capacidade de refletir, de interpretar, de reagir às situações é o poder de sentir, de pensar e de inventar*” (DEJOURS, 2004, pág. 28).

Através das condições necessárias à sua materialização, perpassa a saúde na medida em que afeta, não só o corpo, mas também o psíquico das pessoas trabalhadoras.

A partir dessa análise outra categoria pode ser introduzida, o desgaste. De acordo com Silva (2011) o desgaste é *visualizado como produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença*. Em outras palavras, uma correlação de poderes e forças em que o executante do trabalho se torna perdedor.

Silva tem como base o conceito desenvolvido por Laurell e Noriega (1989), que adotam o referencial teórico do materialismo histórico para definirem desgaste. Para os autores o termo *designaria algo entendido como perda de capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica* e destacam que existe no trabalho alienado, uma utilização *deformada e deformante das potencialidades psíquicas, assim como do próprio corpo*.

Ao falar do trabalho, no sistema capitalista, a alienação e o assalariamento também são duas grandes chaves para a discussão. Esse movimento faz com que o trabalhador se sinta estranho a esse processo, ficando cada vez mais distante de sua essência. De acordo com Mészáros

A alienação do trabalhador em seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em um objeto, em uma existência estranha, mas que existe fora dele, independente, estranho que se converte em um poder independente frente a ele, que a vida que emprestou ao objeto o enfrenta como uma coisa estranha e hostil (MÉSZÁROS, 1981, p.16).

Mângia (2003) acrescenta que alienação é o resultado necessário das relações que se estabelecem no modo de produção capitalista. Pois, a sociedade capitalista caracteriza-se pela apropriação privada do trabalho coletivo e pela distribuição desigual dos produtos desse trabalho. O trabalho é coletivo enquanto produção e é privado enquanto apropriação. A apropriação do trabalho humano e seus excedentes são à base da alienação.

Corroborando com a discussão, Alves e Granemann (2009) destacam que

A tendência, pois, de alienação do trabalho está enraizada nas condições de trabalho propiciadas pelo estágio atual do modo de produção, por suas exigências de lucro, pelas contrarreformas de seu Estado, pela redefinição das políticas sociais com ênfase nos seus traços de assistencialização e financeirização. Sobre tais elementos, repousam muitas das problematizações dos assistentes sociais quando se referem ao sofrimento e ao desgaste mental e emocional, ao desânimo face às normas e aos parâmetros institucionais, as (im) possibilidades de operacionalizar seus princípios ético-políticos, a inserção combinada em várias políticas sociais que impõem rotinas de trabalho duplas, sob a perspectiva do cumprimento de índices de produtividade e de metas a serem alcançadas e atestadas (ALVES; GRANEMANN, 2009, p. 167)

Essas características resultam, além de todas as outras possíveis, conforme as autoras, em um desgaste mental, que nas palavras de Silva acontece

nas interseções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, nas determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste (SILVA, 2011, pag. 136).

Diversos fatores podem influenciar nessa questão: vulnerabilidade, respeito aos direitos humanos e à cidadania, poder, expropriação, variações do “mal-estar”, desgastes que afetam a subjetividade, entre outros.

## 2.1 O Serviço social na educação profissional

Levando em consideração toda história do Serviço Social brasileiro, até aqui, é indiscutível que nos aprimoramos nas questões de cunho ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo; construímos um projeto de profissão hegemonicamente seguido e amplamente debatido; crescemos no meio acadêmico e ganhamos espaço na área de formulação de políticas públicas, contudo, continuamos sendo trabalhadores assalariados, necessitando responder às questões e demandas dos empregadores, mantendo a autonomia profissional.

Iamamoto afirma que

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014 pág. 611).

Com todas essas exigências o profissional é convidado a entender mais de perto sua realidade, sabendo quais instrumentos e formas de ação deve trabalhar. O Serviço Social já tem áreas de atuações tradicionais como na previdência e saúde, mas outros espaços estão crescendo, como é o caso da educação, aqui sendo discutida, especificamente, a educação profissional e tecnológica.

Para tanto, entende-se educação como

um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e

que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2014, pág. 16).

A ligação entre educação e profissionalização no Brasil não é recente. Desde o século XIX existem escolas que de alguma forma uniam essas duas modalidades.

De acordo com o Ministério da Educação (2016) a história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).

Nesse período se pensava essa educação para as pessoas de classes subalternas, filhos e filhas de trabalhadores para terem um ofício garantido. Com o passar dos anos, novos conceitos foram inseridos como a ciência e tecnologia, dando um ar de modernização aos centros.

Fazendo um salto cronológico para chegarmos à expansão da rede, Tavares (2012) salienta que na primeira década do século XXI, o Estado brasileiro assume uma postura mais progressista no campo da educação, tendo em vista a composição de um governo democrático-popular. Essa mudança é fundamental para o crescimento dessa modalidade de educação e para a interiorização da mesma.

Em 2005, é lançada a primeira fase da expansão da rede federal com a construção de 60 unidades. Em 2007 a segunda fase é apresentada com o objetivo de construção de, até 2010, 354 unidades pelo país. É criada a Lei 11.892/08 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). No ano de 2016, o Brasil conta, segundo dados do Ministério da Educação, com 644 institutos federais em funcionamento.

Tavares salienta que

Muitos dos quais são o resultado da mescla de Escolas Técnicas Federais pré-existent, que juntas passam a integrar uma única autarquia. Apesar de manterem, por força desta Lei, a oferta de Ensino Técnico Profissionalizante, estas novas instituições passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de

professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico (TAVARES, 2012, pág. 9).

Podemos inferir que o crescimento da rede federal não é conduzindo apenas para a melhoria na oferta da educação, mas tem grande funcionalidade ao capital, sobretudo, ao considerar áreas estratégicas do ponto de vista econômico a oferta de mão-de-obra qualificada também é o objetivo.

Mesmo com toda essa expansão, era necessário trabalhar um fator que colocava em risco não só os desejos dos estudantes mais também os do governo, que queria fazer crescer o número de formados garantindo trabalhadores qualificados, a permanência e conclusão dos que ingressavam.

O Brasil tem elevados números de desigualdade social e isso se reflete também na educação, particularmente a superior. Os que entram nas instituições de educação pública federal, muitas vezes já tem condições econômicas desfavoráveis, impedindo seu prosseguimento e conclusão. De acordo com Gadotti (1981, p. 5): *“As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular”*.

#### 2.1.1 A assistência estudantil: avanços e dilemas

Por isso, é necessário salientar que, após muitos anos de luta dos profissionais da educação e dos estudantes, neste mesmo período é implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil e em 2010 foi sancionado o Decreto 7.234/10, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No artigo 4º do decreto é exposto que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os objetivos são claros, entre eles, o de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, assim como as áreas que serão atendidas, entre elas moradia, alimentação e transporte (BRASIL, 2010). Cada instituição fica responsável em elaborar sua própria política, seguindo as diretrizes e objetivos do programa nacional.

Um debate que atravessa a materialização da assistência estudantil nesse período é o forte crescimento econômico que o país apresentava. Esse movimento fez aumentar a pressão por respostas às históricas colocações dos estudantes e profissionais da educação,

suas necessidades transformam-se em demandas que entram na agenda de intervenção do Estado.

Conforme Heller (1986), quando se verifica o desenvolvimento das forças produtivas, ocorre a ampliação das necessidades sociais na sociedade capitalista. Entretanto, nessa forma de sociedade as necessidades sociais não correspondem às reais necessidades dos indivíduos, por estarem vinculadas às necessidades puramente econômicas.

As necessidades sociais são fundantes das demandas sociais da ordem capitalista. Tais demandas, por serem originadas pelas necessidades sociais, são reduzidas ao aspecto econômico que, para tanto, necessitou de um mercado, de serviços, bens materiais, etc, para sua satisfação. O Estado institucionaliza algumas demandas sociais e, assim, enfrenta a questão social a partir de suas expressões. Reconhece-se que ao institucionalizar algumas demandas sociais, o Estado responde a algumas reivindicações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que atende aos interesses do capital através das políticas sociais, viabilizando serviços sociais (BARBOSA, 2012).

Ainda com o embasamento das afirmações da autora, é importante destacar que

o Estado institucionaliza algumas demandas sociais a partir de políticas sociais de educação, saúde, habitação etc. e assim responde à questão social de modo fragmentado e parcializado a partir de suas expressões. Institucionaliza-se, então, a demanda social (mais geral), e dentro de cada instituição (de educação, saúde, assistência social etc) aparecem necessidades sociais que serão atendidas sob a forma de demandas institucionais correspondentes aos serviços sociais oferecidos pela instituição. Isso significa que as demandas institucionais são canais de reconhecimento e legitimidade das demandas sociais (BARBOSA, 2012, p. 35).

Essa discussão sobre as necessidades e demandas no capitalismo é importante para problematizarmos que assim como as demais políticas, a assistência estudantil passa por esse processo contraditório e as respostas institucionais são direcionadas a um determinado fim, nem sempre os propostos ou os que concretizariam a intervenção profissional.

Para Mota e Amaral (1998), quando incorporadas à instituição, as demandas chegam ao profissional como “requisições técnico-operativas”.

Sendo assim, a assistência estudantil representa um avanço e ganho social enorme na luta pela efetivação do direito a democratização da educação, mas não é certeza que as demandas reais serão atendidas, já que existe uma clara alteração, própria da concepção hegemônica. Essa alteração representa um grave e profundo problema no processo de trabalho do assistente social.



### 2.1.2 O Instituto Federal da Paraíba: um exemplo para se pensar a problemática

Essa expansão foi realizada em todo o Brasil e em alguns estados ainda cresce, agora com certa dificuldade, o número de *campi* instalados. A Paraíba é um bom exemplo desse período e lócus desse projeto.

O Instituto Federal da Paraíba – IFPB iniciou suas atividades ainda como Escola de Aprendizizes Artífices em 1909, passando por todo processo de mudança que aconteceu na rede, já mencionado acima. Em 2009, já como instituto federal, contava com 10 unidades em funcionamento, em 2016 esse número mais que dobrou e agora são 21 unidades. Dessa forma, o IFPB está presente em todas as regiões do estado.

O IFPB tem cursos integrados ao ensino médio, subsequente e superior (tecnólogo, bacharelado e licenciatura), educação de jovens e adultos e ensino a distância, por isso, a heterogeneidade de estudantes é elevada. Gênero, raça, condição socioeconômica, mobilidade, são fatores que perpassam a realidade da instituição e podem definir o processo de educação desses jovens.

Além da preocupação com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, é notória, principalmente a partir do PNAES, a necessidade de percepção de outros aspectos da vida dos estudantes - saúde, alimentação, moradia, transporte, apoio familiar - para a concretização do objetivo. Sendo assim, são constituídas equipes multiprofissionais que atuam nos *campi*. Essas equipes são constituídas por vários profissionais das mais diversas áreas: médico, enfermeiro, pedagogo, psicólogo, educador físico e assistente social.

O Serviço Social tem perspectivas e direcionamentos muito mais amplos e assim é desafiado a colocar em prática seus objetivos, com o tensionamento entre seu projeto ético-político profissional e seu posicionamento enquanto trabalhador assalariado aos ditames da instituição.

Iamamoto (2011) ainda observa que se reafirma a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores

Além disso, de acordo com Alves e Raichelis (2015), o adoecimento decorrente do trabalho é um fator que precisa ser mais conhecido pelo Serviço Social, pois são cada vez mais recorrentes os relatos sobre os agravos à saúde dos(as) assistentes sociais, já que

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social, lidando com a dura realidade

enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e também diante da impotência, em muitos casos, frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social. É sabido, contudo, que a intensificação e a elevação da carga de trabalho nos diferentes ramos de atividade e espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais produzem efeitos sobre o corpo e a mente, podendo resultar, conforme muitos analistas, em um novo padrão de problemas saúde-trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo. (RAICHELIS, 2013, p. 630)

Levando em consideração as mudanças no mundo trabalho inseridas, principalmente, pelo neoliberalismo e os impactos causados na esfera estatal, que é o maior empregador do assistente social, compreender o que acontece com esse trabalhador é fundamental.

O neoliberalismo instalou transformações no trabalho que se tornaram fontes geradoras de problemas, como a terceirização, o desmonte de direitos, a não oferta de trabalho regulamentado, e o elevado número de adoecimento no trabalho, por questões físicas e mentais.

Raichelis (2011) afirma que

essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, pág. 422).

Entender que o assistente social também é um trabalhador e como os demais, assalariado, é fundamental para compreender as implicações na saúde a partir de suas condições e relações de trabalho.

Então quando pensamos em problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços (RAICHELIS, 2011, pág. 425).

Levando em consideração as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho, principalmente a última, Santos (2010) pontua que

Sobre a dimensão subjetiva, poderíamos refletir várias questões, mas elejo apenas uma que me parece comum a todas as áreas de atuação. Trata-se dos processos de

adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular dos(as) assistentes sociais, que são gerados a partir da inserção no trabalho em tempo de mundialização do capital. Problemas variados de coluna, gastrites, úlceras, depressões e síndromes as mais diversas são reveladoras de indivíduos vivendo em situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos. Ainda são invadidos por demandas do trabalho a todo instante por meio eletrônico, que permite que com um simples acesso ao e-mail o indivíduo comece a responder às demandas de trabalho (SANTOS, 2010, p. 9).

### 3 CONCLUSÃO

A discussão sobre trabalho na atualidade é inquestionavelmente necessária, levando em consideração todas as mudanças que já foram implementadas e as que ainda estão em debate nos espaços políticos.

A educação é uma política pública/direito social que, historicamente, é perpassada por vários direcionamentos, sejam eles, ideológicos, culturais, políticos, econômicos e sociais. A educação profissional e tecnológica nos últimos anos foi alvo de grandes investimentos e alterações do ponto de vista organizacional, isso também reflete nos trabalhadores das unidades de ensino.

A assistência estudantil é alçada a programa nacional, garantindo para milhares de discentes, acesso, permanência e conclusão nos cursos, mas a mesma sofre com todas as investidas das políticas de austeridade, perdendo seu status universalizante para torna-se focalizada, seletiva e precarizada. Isso vai impactar no trabalho dos profissionais diretamente envolvidos, entre eles o assistente social.

Sendo assim, entender o processo de trabalho do assistente social na educação pública federal, materializado nas demandas institucionais e necessidades dos seus usuários impressas na assistência estudantil, mas que não se esgota nela, e as repercussões ocasionadas no mundo do trabalho e todas implicações que podem gerar na sua saúde (Laurell e Noriega, 1989; Dejourns 1991; Silva e Raichelis, 2015), são fundamentais para criação de estratégias e ações, como também, para o aumento de pesquisas na área.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mayra Q. **A demanda social pela educação, a política de educação no Brasil e a inserção do serviço social**. 156 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, nº 3, Brasília, 2003.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1991.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. IN: **Educação e Sociedade**. CEDES, n. 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** - Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas de sociais. Brasília: CFESS-ABEPSS – CEAD/NED-Unb, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.* n.120, pp.608-639, out/dez 2014.

MARX, K. **O capital**. v.1 São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, I. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, Moacir G. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica**: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. IX Seminário de pesquisa em educação da região Sul. Caxias do Sul, 2012.